



**Processo nº** 13819.003731/2008-08  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **2201-006.434 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 2<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária**  
**Sessão de** 04 de junho de 2020  
**Recorrente** LUIZ ALBERTO ANGELO GABRILLI FILHO  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Ano-calendário: 2005

**OMISSÃO DE RENDIMENTOS**

Não restando comprovado nos autos que o lançamento incluiu indevidamente os rendimentos considerados emitidos, a autoridade administrativa tem o poder-dever de manter o lançamento.

**IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE. COMPROVAÇÃO.**

Não comprovada a efetiva retenção, deve ser mantida a glosa do imposto de renda retido na fonte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Carlos Alberto do Amaral Azeredo - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Francisco Nogueira Guarita - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, Francisco Nogueira Guarita, Douglas Kakazu Kushiyama, Débora Fófano Dos Santos, Sávio Salomão de Almeida Nóbrega, Marcelo Milton da Silva Rizzo e Carlos Alberto do Amaral Azeredo (Presidente)

**Relatório**

O presente processo trata de recurso voluntário em face do Acórdão nº 17-42.349 -5<sup>a</sup> Turma da DRJ/SP2, fls, 49 a 51.

Trata de autuação referente a Imposto de Renda de Pessoa Física e, por sua precisão e clareza, utilizarei o relatório elaborado no curso do voto condutor relativo ao julgamento de 1<sup>a</sup> Instância.

O contribuinte acima identificado insurge-se contra o lançamento consubstanciado na Notificação de Lançamento de fls. 07 a 11, relativo ao IRPF/06, por meio da impugnação de fls. 01 a 03.

O lançamento originou-se da omissão de rendimentos tributáveis do trabalho com vínculo e/ou sem vínculo empregatício no montante de R\$ 174.066,60, informados em Dirf pela fonte pagadora Construmega - Megacenter da Construção Ltda. Com o respectivo imposto retido na fonte no montante de R\$ 42.284,12, omissão de rendimentos de aluguéis recebidos de pessoas físicas, informados na Dimob no montante de R\$ 35.082,97 e glosa de imposto retido na fonte no montante de R\$ 55,26 da fonte pagadora Écran Radiologia e Documentação Odontológica SC Ltda, R\$ 2.170,80 da fonte pagadora Sociedade Empresarial de Terceirização e Serviços Ltda e R\$ 3.190,86 da fonte pagadora Laborfase Laboratório de Análises Clínicas Ltda, totalizando R\$ 5.416,92.

O contribuinte, por intermédio de sua procuradora, apresentou impugnação em 21/10/2008, alegando em síntese que os rendimentos pagos pela empresa Construmega - Megacenter da Construção foram lançados em favor de Cláudia Myrna Marturano Gabrilli, CPF 048.843.968-04, ex cônjuge do requerente e que não merece acolhida a glosa do imposto retido na fonte. Com relação aos rendimentos recebidos de pessoas físicas omitidos, requer prazo suplementar para apresentação de documentos que comprovem a improcedência do lançamento.

Em sua decisão, o órgão julgador de 1<sup>a</sup> instância, decidiu que não assiste razão ao contribuinte, de acordo com a seguinte ementa:

**Assunto: IMPOSTO COBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

**Ano calendário: 2005**

**OMISSÃO DE RENDIMENTOS**

Não restando comprovado nos autos que o lançamento incluiu indevidamente os rendimentos considerados emitidos, a autoridade administrativa tem o poder-dever de manter o lançamento.

**GLOSA DO IMPOSTO RETIDO NA FONTE**

O imposto pago ou retido na fonte, correspondente a rendimentos incluídos na base de cálculo, poderá ser deduzido do imposto progressivo para fins de determinação do saldo do imposto a pagar ou a ser restituído, na declaração de ajuste anual

Tempestivamente, houve a interposição de recurso voluntário pelo contribuinte às fls. 55/59, refutando os termos do lançamento e da decisão de piso.

## **Voto**

Conselheiro Francisco Nogueira Guarita, Relator

Por ser tempestivo e por atender as demais condições de admissibilidade, conheço do Recurso Voluntário.

Em seu recurso, o contribuinte se insurge em relação à omissão de rendimentos e à glosa do imposto de renda retido na fonte de algumas fontes pagadoras.

Em relação à omissão de rendimentos, acolho a decisão recorrida, pois o contribuinte não apresentou novos argumentos ou elementos que pudessem desmerecer-lá, com o respectivo afastamento da autuação. Destarte, apresento a seguir, os trechos da referida decisão referente a este insurgimento, com a qual concordo:

Analizando-se as peças inseridas nos autos, notadamente das pesquisas de fls. 27 a 42 e da declaração de ajuste anual de Claudia Myrna Marturano Gabrilü de fls. 13 a 19, conclui-se pela manutenção da inclusão de rendimentos pagos pela fonte pagadora declarada como Construmega Megacenter da Construção Ltda, CNPJ 03.840.968/0001-04, considerando-se os seguintes fatos:

- a pesquisa de fl. 41 demonstra que para o CNPJ 03.840.968/0001-04 o nome da empresa é Saint-Gobain Distribuição Brasil Ltda e não Construmega;

- tendo sido informado, na Dirf de fl. 27, como rendimentos de aluguéis, nem o contribuinte, nem sua ex-esposa Claudia Myrna M. Gabrilü informaram nas respectivas declarações de bens a propriedade do imóvel situado na Rua Cica, 201, bloco I, Jundiaí, endereço da Saint-Gobain;

- sendo Claudia Myrna ex-cônjuge do requerente, como informa na impugnação, não poderiam aplicar o disposto no Parágrafo único do artigo 5º do Decreto 1/041/94, ou seja, opcionalmente um dos cônjuges pode declarar a totalidade dos rendimentos de aluguéis.

*"Art 5º Na constância da sociedade conjugal, cada cônjuge terá seus rendimentos tributados na proporção de (Lei n.º 7.713/88 art. 3º, § 4º):*

*I- cem por cento dos que lhes forem próprios;*

*II - cinqüenta por cento dos produzidos pelos bens comuns.*

*Parágrafo único. Opcionalmente, os rendimentos produzidos pelos bens comuns poderão ser tributados, em sua totalidade, em nome de um dos cônjuges."*

Assim, não há como alterar o lançamento.

Em relação ao imposto retido na fonte, a decisão recorrida manteve a glosa das retenções, nos seguintes termos:

No tocante às glosas do imposto retido na fonte contestadas pelo impugnante, a falta de elementos que evidenciem que as Dirf(s) das fontes pagadoras Écran Radiologia, Documentação Odontológica e Sociedade Emp. De Terceirização e Serviços estão incorretos não há como restabelecer o imposto retido na fonte glosado.

Em seu recurso, o contribuinte demonstra insatisfação em relação à glosa da compensação do imposto retido na fonte declarado em relação às fontes pagadoras, conforme os trechos a seguir apresentados:

7. A par disso, a Fazenda Nacional questiona o aproveitamento de valores retidos na fonte em favor do Recte., efetuados pelas sociedades (7.1.) Écran Radiologia e Documentação Odontológica S/C Ltda., CNPJ.MF. 00.659.470/0001-61; (7.2) Sociedade Empresarial de Terceirização e Serviços Ltda., CNPJ.MF. 04.842.349/0001-21, e (7.3) Laborfase Laboratório de Análises Clínicas Ltda., CNPJ.MF. 43.326.206/0001-19.

Locatários	DIRPf	Fisco	Diferença
7.1. Ecran Radiologia	55,26	-	55,26
7.2. Sociedade Empr. de Terc.	2.170,80	-	2.170,80
7.3. Laborfase Laboratório	4.117,09	926,23	3.190,86
<b>TOTAL</b>	<b>6.343,15</b>	<b>926,23</b>	<b>5.416,92</b>

Analisando os argumentos e elementos apresentados pelo recorrente, observaremos que o mesmo se limitou a apresentar novamente apenas os comprovantes de rendimentos da Écran Radiologia e Documentário Odontológica (fls. 74) onde comprovaria a retenção de R\$ 55,26, o da Sociedade Empresarial de Terceirização e Serviços Ltda (fls. 75), com a retenção no valor de R\$ 2.170,80 e o da Laborfase Laboratório de Análises Clínicas Ltda, fls. 76, no valor de 4.117,09, documentos esses que por si só não comprovam o valor do imposto retido na fonte declarados pelo contribuinte. Por conta disso, veremos também que não assiste razão ao contribuinte no sentido de ser acatado o imposto retido na fonte das fontes pagadoras, conforme declarado, pois o mesmo deveria ter apresentado outros elementos de convicção para comprovar o imposto retido na fonte declarado.

#### Conclusão

Assim, tendo em vista tudo o que consta nos autos, bem como na descrição dos fatos e fundamentos legais que integram o presente, voto por conhecer do recurso, para no mérito, NEGAR-LHE provimento.

(assinado digitalmente)

Francisco Nogueira Guarita